



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CAMPUS IV - LITORAL NORTE**

**NISLENE OLIVEIRA DA COSTA**

**CONSERVADORISMO CONTÁBIL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE  
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA B3**

**MAMANGUAPE-PB  
2026**

**NISLENE OLIVEIRA DA COSTA**

**CONSERVADORISMO CONTÁBIL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS  
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA B3**

**Artigo Científico apresentado ao Curso de  
Graduação em Ciências Contábeis da  
Universidade Federal da Paraíba – Campus  
IV, como requisito parcial para a obtenção  
do Título de Bacharel em Ciências  
Contábeis.**

**Orientador (a): Josicarla Soares Santiago**

**MAMANGUAPE-PB  
2026**

**NISLENE OLIVEIRA DA COSTA**

**CONSERVADORISMO CONTÁBIL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE  
EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA B3**

Este Artigo Científico de autoria de **NISLENE OLIVEIRA DA COSTA** apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis foi julgado adequado e aprovado pela Banca Examinadora designada pela Comissão de Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, abaixo assinada:

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josicarla Soares Santiago**  
**Orientador**  
**Presidente**

---

**Prof. Dr. Luiz Marcelo Martins do Amaral**  
**Ciências Contábeis – CCAE/UFPB**  
**Membro Interno**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yara Magaly Albano Soares**  
**Ciências Contábeis – CCAE/UFPB**  
**Membro Interno**

**Mamanguape, 26 de março de 2026.**

# CONSERVADORISMO CONTÁBIL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA B3

Teoria da Contabilidade

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a presença de conservadorismo contábil condicional nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica a partir da aplicação do modelo proposto por Basu (1997). O conservadorismo contábil é entendido como a prática de reconhecer perdas de forma mais tempestiva do que ganhos, refletindo um princípio de prudência na elaboração das demonstrações financeiras e sendo frequentemente associado à qualidade da informação contábil divulgada pelas empresas. A pesquisa possui abordagem quantitativa e utiliza dados contábeis e de mercado das empresas selecionadas no período de 2019 a 2023. A amostra é composta por cinco companhias do setor de energia elétrica brasileiro, totalizando 25 observações. Para a análise de dados, foi estimado um modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários, no qual a variável dependente corresponde ao lucro por ação escalonado pelo preço da ação no início do período. Como variáveis explicativas foram utilizadas o retorno anual da ação, uma variável dummy indicadora de retorno negativo e o termo de interação entre essas duas variáveis, considerada o principal parâmetro para identificação do conservadorismo contábil condicional. Os resultados obtidos indicaram que o coeficiente da variável de interação entre retorno e dummy de retorno negativo apresentou sinal negativo e ausência de significância estatística. Dessa forma, não foram encontradas evidências empíricas de reconhecimento assimétrico de perdas nas empresas analisadas durante o período estudado. Esse resultado sugere que, na amostra considerada, não se verificou a presença de conservadorismo contábil condicional conforme previsto pelo modelo teórico. Apesar disso, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando limitações como o tamanho reduzido da amostra e as características específicas do setor elétrico brasileiro, que apresenta forte regulação e relativa estabilidade operacional. Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da amostra, a inclusão de empresas de outros setores econômicos e a utilização de diferentes modelos econométricos para aprofundar a investigação sobre o conservadorismo contábil no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** Conservadorismo Condicional; Qualidade da Informação; Energia Elétrica

## Abstract

This study aims to analyze the presence of conditional accounting conservatism in Brazilian companies in the electricity sector using the model proposed by Basu (1997). Accounting conservatism is understood as the practice of recognizing losses more promptly than gains, reflecting a principle of prudence in the preparation of financial statements and often associated with the quality of accounting information disclosed by companies. The research has a quantitative approach and uses accounting and market data from the selected companies from 2019 to 2023. The sample consists of five companies in the Brazilian electricity sector, totaling 25 observations. For data analysis, an Ordinary Least Squares regression model was estimated, in which the dependent variable corresponds to earnings per share scaled by the share price at the beginning of the period. The explanatory variables used were the annual return on the share, a dummy variable indicating negative returns, and the interaction term between these two variables, considered the main parameter for identifying conditional accounting conservatism. The results obtained indicated that the interaction coefficient between return and negative return dummy showed a negative sign and lack of statistical significance. Therefore, no empirical evidence of asymmetric loss recognition was found in the companies analyzed during the study period. This result suggests that, in the sample considered, the presence of conditional accounting conservatism as predicted by the theoretical model was not verified. Despite this, the results should be interpreted with caution, considering limitations such as the small sample size and the specific characteristics of the Brazilian electricity sector, which has strong regulation and relative operational stability. As suggestions for future research, it is recommended to expand the sample, include companies from other economic sectors, and use different econometric models to further investigate accounting conservatism in the Brazilian context.

**Keywords:** Conditional Conservatism; Information Quality; Electrical Energy.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>8</b>
2.1 Qualidade da informação contábil.....	8
2.2 Conservadorismo Contábil.....	10
2.3 Pesquisas Anteriores.....	11
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>13</b>
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>14</b>
4.1 Resultados da Regressão.....	15
4.2 Evidência de Conservadorismo Contábil.....	17
4.3 Testes de Diagnóstico do Modelo.....	18
4.4 Síntese dos Resultados.....	19
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é a ciência que estuda, registra e interpreta os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, fornecendo informações úteis para seus usuários. Para Iudícibus (2010), a contabilidade é o sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica e financeira. Já Hendriksen e Van Breda (2011) a definem como o processo de identificar, mensurar e comunicar informação econômica para permitir julgamentos e decisões informadas. Como a utilidade dessas informações depende de sua qualidade, destaca-se o conservadorismo contábil como prática que reforça a prudência e a fidedignidade dos relatórios, assegurando maior credibilidade às demonstrações financeiras, sobretudo em setores estratégicos como o de energia elétrica.

A qualidade da informação contábil constitui um elemento essencial para a tomada de decisão de investidores, gestores e demais stakeholders, ao influenciar diretamente a transparência, a comparabilidade e a confiabilidade dos demonstrativos financeiros. Nesse contexto, o conservadorismo contábil destaca-se como um dos principais atributos qualitativos, ao determinar que as más notícias sejam reconhecidas de forma mais tempestiva que as boas (Basu, 1997).

Segundo Watts (2003), o conservadorismo é um mecanismo persistente na prática contábil, influenciado tanto por aspectos contratuais como a proteção de credores quanto por fatores regulatórios e fiscais. Já Hendriksen e Van Breda (1999) apontam que, embora contribua para reduzir riscos informacionais, o uso excessivo do conservadorismo pode comprometer a neutralidade e a comparabilidade dos relatórios, na medida em que o reconhecimento assimétrico de perdas em relação aos ganhos pode afetar a representação fidedigna e a consistência das informações ao longo do tempo.

A qualidade da informação contábil é discutida no Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R2, 2019), que destaca características como relevância, representação fidedigna, comparabilidade e tempestividade. Nesse sentido, autores como Ball e Shivakumar (2005) ressaltam que o conservadorismo é um elemento que se conecta diretamente à tempestividade, pois acelera o reconhecimento de perdas e posterga o de ganhos, protegendo usuários externos contra riscos de superavaliação.

No caso do setor elétrico brasileiro, a influência da regulamentação contábil é um fator que potencializa a adoção de práticas conservadoras. Conforme Kaizer et al. (2009), as empresas do setor estão sujeitas simultaneamente à Lei nº 6.404/76, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à regulamentação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica

(ANEEL), que, por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelece diretrizes detalhadas para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Essa sobreposição regulatória incentiva o reconhecimento mais prudente de passivos e perdas, o que tende a aumentar o nível de conservadorismo.

Entre as práticas mais representativas do conservadorismo contábil, destacam-se a constituição de provisões para passivos contingentes e para devedores duvidosos, bem como a mensuração de estoques e ativos pelo menor valor entre custo e mercado. De acordo com Marques, Gonçalves e Klann (2017), tais medidas reduzem o risco de superavaliação patrimonial e proporcionam maior prudência na elaboração das demonstrações financeiras, ainda que isso implique menor lucro no curto prazo. Assim, a adoção de práticas conservadoras influencia não apenas o resultado do exercício, mas também o equilíbrio econômico-financeiro das entidades, conferindo maior credibilidade às informações disponibilizadas aos usuários.

Diante desse contexto, surge a questão central: Qual é a influência do conservadorismo contábil na qualidade das informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras das empresas do setor de energia elétrica listada na B3? Como objetivo geral deste estudo, analisar a presença de conservadorismo contábil condicional nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica a partir da aplicação do modelo proposto por Basu (1997).

A justificativa da presente pesquisa consiste na análise do conservadorismo contábil no setor de energia elétrica através da sua relevância, pois, embora seja um princípio amplamente discutido na literatura (Basu, 1997; Ball; Shivakumar, 2005), seus efeitos práticos sobre a qualidade da informação contábil ainda necessitam de investigações específicas em contextos regulados e de grande impacto econômico. É necessário compreender se a prática contábil adotada favorece ou prejudica a qualidade das demonstrações financeiras contribui para o aprimoramento de normativas, práticas de governança corporativa e estratégias de divulgação de informações (Watts, 2003). Além disso, garantir informações contábeis confiáveis e transparentes é essencial para a confiança do mercado e para custear decisões de gestores, investidores e órgãos reguladores (Watts, 2003; Hendriksen; Van Breda, 2011).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Qualidade da Informação Contábil**

A contabilidade, como sistema de informação, tem por finalidade central fornecer dados úteis para apoiar a tomada de decisão de seus usuários (CPC 00 (R2) 2019). Nesse contexto, a

qualidade da informação contábil assume papel fundamental, pois contribui para a redução da assimetria informacional, já que as demonstrações financeiras funcionam como elo de comunicação entre gestores e stakeholders externos, como investidores e credores.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2, 2019), a qualidade da informação contábil é gerenciada por dois tipos de características: as fundamentais e as de melhoria. As características qualitativas fundamentais são a relevância e a representação fidedigna.

A relevância da informação está associada à capacidade de influenciar as decisões dos usuários, possuindo, para isso, valor preditivo (ajuda a prever resultados futuros) e valor confirmatório (confirma ou corrige avaliações passadas). Já a representação fidedigna exige que os dados reportados representem com fidelidade a realidade econômica de forma completa, neutra e livre de erros materiais.

As características de melhoria, por sua vez, reforçam a utilidade da informação: A comparabilidade permite que os usuários identifiquem e compreendam as semelhanças e diferenças entre os itens, enquanto a verificabilidade assegura que a informação pode ser confirmada, o que reforça sua representação fidedigna, a tempestividade garante que a informação esteja disponível a tempo de influenciar as decisões, e a compreensibilidade oferece clareza na apresentação dos dados.

A literatura contábil tem debatido a relação entre qualidade da informação e práticas como o conservadorismo. Watts (2003) defende que a prudência contábil contribui para a representação fidedigna, pois antecipa perdas e inibe o oportunismo da gestão ao superestimar ativos e lucros, protegendo investidores e credores. Por outro lado, autores como Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) argumentam que o excesso de conservadorismo pode reduzir a relevância, já que o adiamento do reconhecimento de ganhos e receitas compromete a tempestividade da informação, dificultando a tomada de decisão.

Dessa forma, observa-se que o conservadorismo contábil se consolida como um atributo da qualidade da informação, uma vez que reforça a prudência na mensuração e divulgação dos elementos patrimoniais e de resultado. Ao antecipar perdas e retardar o reconhecimento de ganhos, contribui para maior confiabilidade das demonstrações financeiras e para a redução da assimetria informacional entre gestores e usuários externos. Assim, o conservadorismo atua como um mecanismo de proteção, sobretudo em ambientes regulados como o setor de energia elétrica, em que a credibilidade e a transparência das informações são fundamentais para sustentar a tomada de decisão de investidores, credores e órgãos reguladores.

A ausência de conservadorismo pode indicar menor atuação como mecanismo de mitigação de assimetria informacional.

## 2.2 Conservadorismo Contábil

O conservadorismo contábil é um dos princípios mais tradicionais e discutidos na literatura. Basu (1997) o descreve como a prática de registrar perdas de maneira mais tempestiva que ganhos, gerando um tratamento assimétrico dos eventos econômicos. Essa característica, complementa Watts (2003a), decorre da exigência de maior nível de comprovação para o reconhecimento dos lucros, enquanto os prejuízos são reconhecidos de forma mais imediata.

No contexto brasileiro, Lopes e Martins (2005) ressaltam que esse mecanismo atua como instrumento de mitigação de riscos informacionais, ao favorecer maior prudência na mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Dessa forma, contribui para a proteção de investidores e credores, reduzindo a probabilidade de superavaliação patrimonial e de resultados.

A literatura distingue duas modalidades principais de conservadorismo. O condicional, também denominado conservadorismo de lucro, está associado à exigência de evidências mais robustas para o registro de ganhos em relação às perdas. Dessa forma, Basu (1997) evidencia que as informações negativas tendem a ser incorporadas mais rapidamente aos relatórios contábeis do que as positivas, o que revela uma diferenciação no momento do reconhecimento de resultados. Em resumo, a contabilidade age de forma mais ágil para registrar as ‘más notícias’, exigindo, no entanto, maior cautela para a contabilização das ‘boas notícias’ (Watts, 2003b).

Já o incondicional manifesta-se na prática de mensurar ativos e receitas por valores menores e passivos e despesas por valores mais elevados, quando existem alternativas possíveis de registro. Tal abordagem expressa uma postura assimétrica frente à incerteza, visto que privilegia a adoção do menor valor independentemente da expectativa de perdas futuras (Ball & Shivakumar, 2005). No Brasil, Martins (2010) salienta que a predominância é do conservadorismo condicional, uma vez que se relaciona diretamente à tempestividade no reconhecimento de perdas, aspecto valorizado pela regulação e pelo mercado de capitais, tais como a constituição de provisões para contingências jurídicas, provisões para devedores duvidosos, reconhecimento de *impairment* de ativos e a adoção do menor valor entre custo e mercado na mensuração de estoques. Essas medidas afetam diretamente o resultado do exercício, pois antecipam despesas e reduzem o lucro contábil, ao mesmo tempo em que reforçam a prudência e a confiabilidade das demonstrações financeiras (Marques; Gonçalves; Klann, 2017). Este estudo concentra-se no conservadorismo condicional, dado que o modelo de Basu (1997) não captura o conservadorismo incondicional.

No setor de energia elétrica, tal postura é intensificada pela forte regulação, que exige da contabilidade maior cautela no reconhecimento de passivos ambientais, trabalhistas e regulatórios. Desse modo, observa-se um claro efeito de causa e consequência: o conservadorismo reduz a possibilidade de superavaliação patrimonial e assegura maior qualidade e transparência da informação contábil, especialmente em ambientes regulados como o setor elétrico.

Apesar de sua relevância histórica, o conservadorismo não está isento de críticas. Hendriksen e Van Breda (2011) argumentam que o uso excessivo pode comprometer a neutralidade e a relevância da informação contábil, pois resulta em uma representação enviesada da realidade econômica. Lopes e Iudícibus (2012) destacam que a prudência, apesar de sua importância, não deve comprometer a fidedignidade da informação. O excesso de cautela pode levar a distorções que prejudicam a tomada de decisão, tornando o equilíbrio entre prudência e neutralidade um desafio central na contabilidade atual. Ball e Shivakumar (2005), afirmam que a presença do conservadorismo tende a reduzir os conflitos de agência, contribuindo para maior confiança de investidores e credores.

### **2.3 Pesquisas Anteriores**

A literatura sobre conservadorismo contábil e qualidade da informação apresenta um corpo teórico robusto, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro, fornecendo suporte para o desenvolvimento da presente pesquisa.

O estudo seminal de Basu (1997) foi um dos primeiros a evidenciar a assimetria temporal no reconhecimento de perdas e ganhos, caracterizando o conservadorismo condicional. Segundo o autor, as perdas são reconhecidas de forma mais tempestiva do que os ganhos, refletindo um viés prudencial presente nos relatórios financeiros. Essa perspectiva foi ampliada por Watts (2003a, 2003b), que defende o conservadorismo como uma prática persistente da contabilidade, influenciada por fatores contratuais, regulatórios e fiscais, além de seu papel na proteção de credores.

No Brasil, Paulo, Antunes e Formigoni (2008) investigaram o conservadorismo no ambiente nacional, concluindo que ele exerce papel relevante na redução de assimetria informacional. Resultados semelhantes foram encontrados por Coelho e Lima (2007), que relacionaram práticas conservadoras com maior credibilidade informacional, sobretudo em empresas de capital aberto. Ainda no contexto brasileiro Morais (2019), ao analisar a qualidade informacional

no setor de energia elétrica, não identificou indícios de antecipação assimétrica de perdas, tampouco diferenças significativas no grau de prudência entre padrões contábeis distintos, sugerindo ausência de conservadorismo condicional nesse contexto.

Pesquisas também evidenciam a relação entre conservadorismo, qualidade da informação e governança corporativa. Almeida, Lopes e Corrar (2011) apontam que boas práticas de governança aumentam a relevância da informação contábil, atuando como fator mitigador da assimetria de informação entre gestores e investidores. Martinez (2001; 2013), ao discutir o gerenciamento de resultados, destaca a importância da contabilidade de qualidade para evitar distorções informacionais que comprometem a tomada de decisão.

No setor de energia elétrica, estudos destacam a influência das normas regulatórias na qualidade das demonstrações financeiras. Kaizer et al. (2009) ressaltam que as empresas do setor estão sujeitas simultaneamente à Lei nº 6.404/76, às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e às regras específicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Essa sobreposição normativa pode tanto reforçar a transparência como gerar desafios para a padronização das práticas contábeis.

Em síntese, a literatura evidencia que o conservadorismo contábil desempenha papel relevante na redução da assimetria informacional e na melhoria da qualidade da informação, ainda que seu excesso possa comprometer a neutralidade das demonstrações. No Brasil, embora já existam pesquisas relevantes, ainda há espaço para estudos voltados a setores regulados, como o de energia elétrica, em que a regulação e as práticas contábeis conservadoras podem influenciar diretamente a utilidade das informações para os investidores e demais usuários.

Apesar da relevância dos estudos já realizados, nota-se que a maioria das pesquisas se concentram em análises gerais sobre o conservadorismo no mercado de capitais ou em setores de forma agregada. Poucos trabalhos direcionam-se especificamente ao setor de energia elétrica, caracterizado por elevado grau de regulação e por forte demanda de transparência. Kaizer et al. (2009) evidenciam que a sobreposição normativa imposta pela Lei nº 6.404/76, pela CVM e pela ANEEL influencia a adoção de práticas contábeis mais conservadoras, enquanto Marques, Gonçalves e Klann (2017) ressaltam que o nível de conservadorismo pode variar entre setores, mas sem examinar em profundidade o segmento elétrico.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca diferenciar-se ao investigar de forma direcionada a influência do conservadorismo contábil sobre a qualidade da informação nas demonstrações financeiras das empresas de energia elétricas listadas na B3, colaborando para preencher

essa lacuna e disponibilizando elementos que auxiliem reguladores, gestores e investidores na avaliação da clareza e fidedignidade das informações contábeis no setor elétrico.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos definem o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos da pesquisa de forma sistemática e coerente, conforme Gil (2008). Desta forma, este estudo adota uma abordagem quantitativa, com caráter predominantemente descritivo e explicativo, fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais. A metodologia busca relacionar os fundamentos teóricos sobre conservadorismo contábil e qualidade da informação com a prática evidenciada nos relatórios financeiros das empresas selecionadas. A população do estudo é composta por cinco empresas do setor de energia elétrica brasileira listadas na B3, sendo que as informações necessárias para a aplicação da metodologia foram obtidas por meio do banco de dados Economática®. Ao todo, foram analisadas 25 observações no período de 2019 a 2023.

De acordo com a classificação de Vergara (2009), a pesquisa caracteriza-se como descritiva, ao buscar expor as características do fenômeno investigado, especificamente a forma como o conservadorismo contábil se manifesta nas demonstrações financeiras das empresas analisadas, conforme definição de Gil (2008); explicativa, por procurar identificar os fatores que influenciam a relação entre conservadorismo contábil e qualidade da informação, explicando as causas de determinados fenômenos, como apontam Marconi e Lakatos (2017); e quantitativa, por utilizar instrumentos estatísticos e mensuração de indicadores para análise de dados objetivos, conforme Richardson (2017) e Martins e Theóphilo (2016).

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos e pronunciamentos contábeis que fornecem o suporte teórico necessário à análise (Marconi; Lakatos, 2017), e pesquisa documental, por meio da análise das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e dos Formulários de Referência das empresas selecionadas, disponíveis nos portais da B3 e da CVM, caracterizando-se, segundo Gil (2008), pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. O critério de inclusão das companhias será a disponibilização e relatórios completos e consistentes no período delimitado, assegurando maior confiabilidade e comparabilidade dos dados.

O tratamento dos dados coletados seguirá a abordagem quantitativa, utilizando indicadores e modelos estatísticos. Para a mensuração do conservadorismo contábil, será empregado

o modelo de Basu (1997), que avalia a assimetria temporal no reconhecimento de perdas e ganhos. O modelo é representado pela seguinte equação:

$$\frac{X_{i,t}}{P_{i,t-1}} = \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 R_{i,t} + \beta_3 (D_{i,t} \times R_{i,t}) + \varepsilon_{i,t}$$

Em que:

**X\_(i,t):** Lucro contábil antes dos itens extraordinários da empresa i no período t;

**P\_(i,t-1):** Preço da ação da empresa i no início do período t;

**R\_(i,t):** Retorno da ação da empresa i no período t;

**D\_(i,t):** Variável dummy que assume valor 1 se  $R_{i,t} < 0$  (retorno negativo) e 0 caso contrário;

**$\varepsilon_{i,t}$ :** Termo de erro.

A interpretação dos coeficientes é:  $\beta_2$  reflete a sensibilidade do lucro ao retorno em períodos de boas notícias (retornos positivos), enquanto  $\beta_3$  mede o grau de conservadorismo condicional, indicando se as más notícias são reconhecidas mais rapidamente nos relatórios financeiros. Dessa forma, valores de  $\beta_3$  maiores que zero evidenciam a presença de conservadorismo contábil.

Além da especificação original proposta por Basu (1997), foram incorporadas variáveis de controle ao modelo, com o intuito de mitigar possíveis vieses de omissão e aumentar seu poder explicativo. Entre essas variáveis, destacam-se o lucro por ação (LPA) e o preço da ação defasado, amplamente utilizados na literatura como proxies para desempenho econômico e valor de mercado, respectivamente. A inclusão do LPA permite capturar variações na rentabilidade das empresas, enquanto o preço defasado contribui para controlar efeitos de escala e expectativas do mercado já incorporadas aos preços dos ativos. Dessa forma, busca-se isolar de maneira mais precisa o efeito do conservadorismo contábil sobre a qualidade da informação reportada.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o objetivo de analisar a presença de conservadorismo contábil condicional nas empresas do setor elétrico brasileiro, estimou-se uma regressão linear pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (Ordinary Least Squares – OLS), com base no modelo proposto por Basu

(1997). Esse modelo é amplamente utilizado na literatura para investigar o reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos nos resultados contábeis. O modelo apresentado não corresponde à forma clássica originalmente proposta por Basu (1997), mas sim a uma versão expandida.

O modelo clássico de Basu é centrado na relação entre lucro contábil e retorno das ações, incorporando uma variável dummy para capturar a assimetria no reconhecimento de boas e más notícias (conservadorismo condicional). Já a especificação utilizada neste estudo inclui variáveis adicionais, como preço defasado e lucro, caracterizando uma ampliação do modelo original com o objetivo de controlar fatores econômicos relevantes e aumentar sua capacidade explicativa. Dessa forma, trata-se de uma adaptação metodológica alinhada à literatura empírica que estende o modelo de Basu para contextos específicos de análise.

O modelo estimado pode ser representado da seguinte forma:

$$\text{Lucro escalonado} = \beta_0 + \beta_1 \text{lucro por ação} + \beta_2 \text{preço da ação defasado} + \beta_3 \text{retorno} + \beta_4 \text{dummy} + \beta_5 \text{dummy retorno} + \varepsilon$$

Em que:

- *lucro escalonado*: representa o lucro escalonado pelo preço da ação no início do período;
- *lucro por ação*: corresponde ao lucro por ação da empresa;
- *preço da ação defasado*: refere-se ao preço da ação no período anterior;
- *retorno*: representa o retorno anual da ação;
- *dummy*: consiste em uma variável indicadora que assume valor 1 quando o retorno da ação é negativo e 0 caso contrário;
- *dummy retorno*: corresponde ao termo de interação entre o retorno da ação e a dummy de retorno negativo.

De acordo com Basu (1997), o parâmetro associado à variável de interação (dummy retorno) constitui o principal indicador da presença de conservadorismo contábil condicional. Em contextos caracterizados por maior conservadorismo, espera-se que esse coeficiente seja positivo e estatisticamente significativo, indicando que os lucros reconhecem as más notícias de forma mais tempestiva que as boas notícias.

#### 4.1 Resultados da Regressão

A Tabela 1 apresenta os resultados da regressão estimada, tendo como variável dependente o lucro escalonado e, como variáveis explicativas, o lucro por ação, o preço da ação no período anterior, o retorno anual da ação, a variável indicadora de retorno negativo e o termo de interação entre retorno e retorno negativo.

Tabela 1: Resultados da regressão do modelo de Basu.

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	p-valor
Constante	0,1441	0,1607	0,8966	0,3811
Lucro	~0,0000	~0,0000	2,3712	0,0285
Preço da ação defasado	~0,0000	~0,0000	-3,8336	0,0011
Retorno	0,6138	1,5758	0,3895	0,7012
Dummy	0,0442	0,1649	0,268	0,7916
Dummy retorno	-0,6493	2,0639	-0,3146	0,7565

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Os resultados indicam que o modelo apresentou coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de 0,6336, enquanto o  $R^2$  ajustado foi de 0,5372. Isso significa que aproximadamente 63,36% da variação observada no lucro escalonado foram explicadas pelo conjunto de variáveis independentes incluídas no modelo. Esse nível de explicação pode ser considerado moderado, especialmente em estudos com dados financeiros, nos quais é comum a presença de elevada variabilidade não explicada.

O intercepto estimado apresentou coeficiente de 0,1441, com p-valor de 0,3811, indicando ausência de significância estatística. Esse resultado sugere que, na ausência dos efeitos das variáveis explicativas, o valor esperado dos lucros escalonados não difere estatisticamente de zero.

A variável que representa o lucro por ação, apresentou associação estatisticamente significativa com a variável dependente, com p-valor de 0,0285. Embora o coeficiente apareça arredondado para zero na tabela de resultados, esse comportamento decorre da escala numérica utilizada nos dados. De modo geral, o resultado indica relação positiva entre lucro e lucro escalonado, o que é consistente com a própria construção da variável dependente.

Por sua vez, a variável preço da ação defasado ou preço da ação no período anterior, apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo, com p-valor de 0,0011. Esse achado indica que valores mais elevados do preço da ação no período anterior tendem a reduzir

o valor do lucro escalonado. Esse comportamento é compatível com a própria estrutura da variável dependente, uma vez que o preço defasado da ação compõe seu denominador.

A variável retorno anual da ação, apresentou coeficiente positivo (0,6138), porém sem significância estatística ( $p = 0,7012$ ). Observa-se que o retorno da ação, isoladamente, não apresentou capacidade explicativa robusta sobre a variação do lucro escalonado no conjunto de empresas analisadas.

De forma semelhante, a variável *dummy*, utilizada para identificar períodos de retorno negativo, também não apresentou significância estatística ( $p = 0,7916$ ), sugerindo que a ocorrência de retornos negativos no mercado não alterou, de forma isolada, o comportamento dos resultados contábeis.

#### **4.2 Evidência de Conservadorismo Contábil**

O principal foco da análise recai sobre a variável *dummy* retorno, que representa a interação entre o retorno da ação e a *dummy* de retorno negativo. No modelo de Basu (1997), esse coeficiente é fundamental para identificar a presença de conservadorismo contábil condicional, pois permite verificar se os lucros respondem de forma mais intensa às más notícias do que às boas notícias.

No modelo estimado, o coeficiente associado à variável *dummy* retorno foi de -0,6493, com  $p$ -valor de 0,7565, indicando ausência de significância estatística. Além disso, o coeficiente apresentou sinal negativo, enquanto a literatura prevê sinal positivo em contextos caracterizados por maior conservadorismo contábil. Dessa forma, os resultados obtidos não evidenciam reconhecimento assimétrico de perdas em relação aos ganhos, comportamento que seria esperado em ambientes caracterizados por maior grau de conservadorismo contábil.

Esses resultados não corroboram a hipótese central do modelo de Basu (1997), segundo a qual os lucros contábeis tendem a reconhecer más notícias de forma mais tempestiva do que boas notícias. Por outro lado, estudos como Ball e Shivakumar (2005) destacam que o nível de conservadorismo contábil pode variar conforme o ambiente institucional, o grau de regulação e as características do mercado de capitais. Assim, não foi possível identificar evidência empírica de conservadorismo contábil condicional nas empresas do setor elétrico analisadas no período de 2019 a 2023.

As características regulatórias do setor elétrico, destacadas na literatura, podem contribuir para explicar a ausência de conservadorismo, uma vez que ambientes altamente regulados tendem a reduzir a discricionariedade gerencial, limitando a flexibilidade na adoção

de práticas contábeis assimétricas. Nesse contexto, a forte atuação de órgãos reguladores, aliada à exigência de conformidade com normas específicas e à padronização dos relatórios financeiros, pode favorecer maior uniformidade na divulgação das informações, priorizando características qualitativas como comparabilidade, verificabilidade e representação fidedigna, conforme previsto no CPC 00 (R2, 2019).

Além disso, a redução da assimetria informacional e do oportunismo gerencial, frequentemente associada a ambientes regulados, pode diminuir a necessidade de mecanismos como o conservadorismo contábil para proteção de investidores e credores.

Dessa forma, embora o conservadorismo seja tradicionalmente relacionado à melhoria da qualidade da informação contábil, os resultados sugerem que, no setor elétrico, a qualidade informacional pode estar sendo sustentada predominantemente pela regulação e pelos mecanismos institucionais de governança, e não necessariamente pelo reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos previsto pelo modelo de Basu (1997).

#### **4.3 Testes de Diagnóstico do Modelo**

Com o objetivo de avaliar a adequação da especificação econométrica estimada, foram realizados testes complementares de diagnóstico.

Inicialmente, aplicou-se o teste de Breusch-Pagan para verificar a presença de heterocedasticidade nos resíduos do modelo. O teste apresentou estatística BP de 6,3391 e p-valor de 0,2746, indicando que não se rejeita a hipótese nula de homocedasticidade, ou seja, não há evidência estatística de heterocedasticidade nos resíduos da regressão.

Em seguida, avaliou-se a presença de multicolinearidade por meio do Variance Inflation Factor (VIF). Os resultados indicaram valores elevados para algumas variáveis, especialmente retorno (38,20), dummy (14,18) e dummy retorno (10,58), sugerindo a presença de multicolinearidade elevada. Esse resultado, entretanto, é relativamente esperado no modelo de Basu, uma vez que a variável de interação é construída diretamente a partir das variáveis retorno e dummy.

Também foi realizado o teste de normalidade dos resíduos de Shapiro-Wilk, que apresentou estatística  $W = 0,9310$  e p-valor de 0,0914. Como o p-valor permaneceu superior a 0,05, não se rejeita a hipótese de normalidade dos resíduos, sugerindo que a distribuição dos erros é aproximadamente normal.

Adicionalmente, foram estimados erros-padrão robustos do tipo HC3, considerados mais adequados em contextos com amostras reduzidas. Nessa estimação, a variável preço da ação

defasado permaneceu estatisticamente significativa, enquanto a variável lucro por ação perdeu significância estatística. A variável dummy retorno, principal parâmetro de interesse da análise, permaneceu não significativa, reforçando a ausência de evidência empírica de conservadorismo contábil condicional.

#### **4.4 Síntese dos Resultados**

De modo geral, os resultados empíricos deste estudo não sustentam a hipótese de presença de conservadorismo contábil condicional nas empresas do setor elétrico analisadas no período de 2019 a 2023.

Embora o modelo tenha apresentado capacidade explicativa moderada, a variável central do modelo de Basu responsável por capturar o reconhecimento assimétrico de perdas não apresentou significância estatística. Além disso, alguns fatores metodológicos podem ter influenciado os resultados, especialmente o tamanho reduzido da amostra, composta por cinco empresas ao longo de cinco exercícios, totalizando 25 observações.

Outro aspecto relevante refere-se às características institucionais do setor elétrico brasileiro, que se caracteriza por forte regulação e por incentivos econômicos específicos. Esse contexto pode influenciar a forma como as informações de mercado são refletidas nos resultados contábeis das empresas do setor.

Assim, a ausência de evidência de conservadorismo contábil condicional neste estudo não deve ser interpretada como prova definitiva da inexistência de prudência contábil, mas sim como um indicativo de que, na amostra e no período analisados, o padrão de reconhecimento assimétrico de perdas previsto pelo modelo de Basu (1997) não foi estatisticamente identificado.

A ausência de evidência de conservadorismo contábil condicional sugere que, no contexto analisado, não se observou o reconhecimento mais tempestivo de perdas em relação aos ganhos. De acordo com Basu (1997), o conservadorismo condicional se manifesta justamente por essa assimetria no reconhecimento de más notícias, sendo um importante indicativo da tempestividade da informação contábil. Assim, sua não identificação pode sinalizar limitações nesse atributo qualitativo, com possíveis implicações para a qualidade da informação reportada.

À luz de Watts (2003), o conservadorismo atua como mecanismo de governança ao reduzir a assimetria informacional e disciplinar o comportamento gerencial. Assim, a ausência desse padrão na amostra analisada pode indicar que a qualidade informacional, especialmente

no que se refere à tempestividade e à prudência, não está sendo reforçada por práticas conservadoras, o que pode comprometer, ainda que parcialmente, a utilidade das demonstrações financeiras para os usuários externos.

Os achados deste estudo divergem de evidências empíricas anteriores que identificam o conservadorismo como elemento relevante para a melhoria da qualidade da informação contábil, tanto no contexto internacional quanto no brasileiro. Estudos como os de Paulo, Antunes e Formigoni (2008) e Coelho e Lima (2007) evidenciam o papel do conservadorismo na redução da assimetria informacional. No entanto, evidências mais recentes no contexto nacional apresentam resultados convergentes com os obtidos nesta pesquisa. Kaizer et al. (2009) e Morais (2019) não identificaram a presença do conservadorismo condicional no setor de energia elétrica, enquanto Rodrigues e Pinheiro (2019) também não encontraram relação significativa entre a regulação e o nível de prudência contábil em empresas de setores regulados. Nesse sentido, os resultados aqui obtidos reforçam a evidência de que o comportamento do setor elétrico pode diferir de outros contextos analisados na literatura.

Por outro lado, ao considerar as especificidades do setor elétrico brasileiro, observa-se que se trata de um ambiente fortemente regulado, com elevado nível de monitoramento institucional e menor discricionariedade gerencial. Conforme discutido no referencial teórico, esse tipo de ambiente pode reduzir a necessidade do conservadorismo como mecanismo de mitigação de conflitos de agência, uma vez que a própria regulação exerce papel disciplinador. Estudos como os de Almeida, Lopes e Corrar (2011) e Martinez (2001; 2013) reforçam que a qualidade da informação contábil pode ser influenciada por mecanismos institucionais e de governança, especialmente em contextos com menor espaço para práticas oportunistas.

Sob a perspectiva normativa, o CPC 00 (R2, 2019) estabelece que características como relevância, representação fidedigna e tempestividade são fundamentais para a utilidade da informação contábil. Embora a literatura associe o conservadorismo especialmente à tempestividade no reconhecimento de perdas (Ball; Shivakumar, 2005), os resultados deste estudo indicam que esse atributo pode não estar sendo promovido por práticas conservadoras no setor analisado. Ainda assim, isso não implica necessariamente baixa qualidade informacional, mas sugere que outros mecanismos — como a regulação e a governança — podem estar desempenhando papel predominante na garantia da utilidade das demonstrações financeiras.

A ausência de evidência de conservadorismo contábil condicional sugere que, no contexto analisado, não se observou o reconhecimento mais tempestivo de perdas em relação aos ganhos. De acordo com Basu (1997), esse comportamento é característico de ambientes em

que há maior prudência na divulgação dos resultados. Nesse sentido, a não identificação desse padrão pode indicar não apenas limitações na tempestividade da informação contábil, mas também uma menor atuação do conservadorismo como mecanismo de mitigação da assimetria informacional, conforme discutido no referencial teórico.

À luz de Watts (2003), o conservadorismo exerce papel relevante na disciplina gerencial e na redução de conflitos de agência. Assim, sua ausência na amostra analisada pode sugerir que outros mecanismos, como a regulação e a governança, estejam desempenhando essa função no setor elétrico.

Dessa forma, os resultados contribuem para a literatura ao evidenciar que a relação entre conservadorismo contábil e qualidade da informação não é homogênea, variando conforme o contexto institucional e regulatório. No caso das empresas do setor elétrico, os achados sugerem que a qualidade da informação pode estar menos associada ao reconhecimento assimétrico de perdas e mais vinculada à estrutura regulatória que orienta as práticas contábeis.

Em síntese, os resultados desta pesquisa reforçam a perspectiva de que a relação entre conservadorismo contábil, regulação e qualidade da informação é fortemente condicionada pelo ambiente institucional. Conforme discutido por Basu (1997), o conservadorismo condicional está associado à maior tempestividade no reconhecimento de perdas, sendo tradicionalmente interpretado como um atributo da qualidade informacional. No entanto, em consonância com a abordagem de Watts (2003) e Ball e Shivakumar (2005), observa-se que, em ambientes altamente regulados, como o setor elétrico brasileiro, a presença de mecanismos institucionais robustos pode reduzir a dependência do conservadorismo como instrumento de governança. Nesse contexto, a qualidade da informação contábil tende a ser sustentado predominantemente pela regulação, padronização normativa e monitoramento externo, o que contribui para explicar a ausência de evidências de conservadorismo condicional identificada neste estudo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar a presença de conservadorismo contábil condicional nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica, a partir da aplicação do modelo proposto por Basu (1997). O conservadorismo contábil está associado ao reconhecimento mais tempestivo de perdas em relação aos ganhos, sendo frequentemente relacionado à qualidade da informação contábil divulgada pelas empresas.

Para alcançar esse objetivo, foi estimado um modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários, utilizando como variável dependente o lucro por ação escalonado pelo preço da ação no início do período. As variáveis explicativas incluíram o retorno anual das ações, uma variável dummy para identificar retornos negativos e o termo de interação entre essas variáveis, que representa o principal parâmetro para identificação do conservadorismo contábil condicional.

Os resultados obtidos indicaram que o coeficiente da variável de interação entre retorno e dummy de retorno negativo não apresentou significância estatística, além de apresentar sinal negativo. Dessa forma, não foram encontradas evidências empíricas de reconhecimento assimétrico de perdas nas empresas analisadas durante o período estudado, o que sugere a ausência de conservadorismo contábil condicional na amostra considerada.

Entretanto, esse resultado deve ser interpretado com cautela, uma vez que o estudo apresenta algumas limitações. Entre elas destacam-se o tamanho reduzido da amostra, composta por cinco empresas ao longo de cinco exercícios, bem como a presença de multicolinearidade entre algumas variáveis do modelo. Além disso, as características institucionais do setor elétrico brasileiro, marcado por forte regulação e relativa estabilidade operacional, podem influenciar a forma como as informações contábeis refletem as variações econômicas captadas pelos retornos das ações.

Apesar dessas limitações, o estudo contribui para a literatura ao investigar empiricamente o comportamento do conservadorismo contábil em empresas brasileiras de um setor relevante da economia. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra, a inclusão de empresas de outros setores econômicos e a utilização de diferentes modelos econométricos, a fim de aprofundar a análise sobre a relação entre conservadorismo contábil e qualidade da informação contábil no contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Portal ANEEL**. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

ALMEIDA, J. E. F.; LOPES, A. B.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice market-to-book. **Avanços na Contabilidade Científica e Aplicada**, [s. l.], v. 1, p. 44-62, 2011.

B3 – BRASIL. **BOLSA, BALCÃO. Portal B3**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/>. Acesso em: 15 set. 2025 .

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BRASIL. **COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**. Portal CVM. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 15 set. 2025 .

COELHO, A. C. D.; LIMA, I. S. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 22-41, abr./jun. 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R2)**: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> . Acesso em: 12 de Ago. 2025 .

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KAIZER, C. V. C. S. N., TEIXEIRA, A. J., BAPTISTA, E. C., NOSSA, V. (2009 ). O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 3(1), 1-24, maio/ago. 2009.

LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARQUES, L.; GONÇALVES, R.; KLANN, R. C. Conservadorismo contábil: uma comparação entre setores. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 163-180, abr./jun. 2017.
- MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento de resultados contábeis: um estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARTINEZ, A. L. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração da USP (RAUSP)**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 78-86, jan./mar. 2001.
- MARTINS, E. **Conservadorismo contábil: uma análise crítica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MORAIS, C. R. F. **Qualidade informacional em padrão contábil societário e em padrão contábil regulatório: evidências no setor de energia elétrica**. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.
- PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil: evidências no mercado de capitais brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 25-44, jan./mar. 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RODRIGUES, D. S.; PINHEIRO, L. E. T. Qualidade da informação contábil em empresas de setores econômicos regulados. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (ADCONT), 10., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2019.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003a.
- WATTS, R. L. Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 4, p. 287-301, 2003b.